José Cruz/Agência Brasil

O único caminho

Durante a campanha eleitoral de 2018, o candidato Bolsonaro dizia que o povo tinha que escolher entre ter "direitos" ou ter "empregos". Desde 1 de janeiro de 2019, o agora presidente Bolsonaro vem trabalhando ativamente para eliminar os direitos do povo brasileiro. Mas os empregos, como é óbvio, não apareceram. E não há sinais de que vão aparecer. Pelo contrário, os dois primeiros trimestres de 2019 foram de recessão. Aliás, desde que começou a operação golpista, no dia seguinte ao segundo turno de 2014, a economia brasileira vem marcando passo.

Este é um dos motivos do crescente desgaste e queda na popularidade do governo Bolsonaro. Além de constituir o pano de fundo dos conflitos entre os diferentes setores que compõem a coalizão golpista.

Sabedor disso, o governo Bolsonaro vem adotando medidas com o suposto propósito de "estimular" a economia. Mas estes "estímulos" são limitados, inclusive porque a lógica global do governo é ultraliberal e submissa aos interesses das metrópoles.

Por isso, a principal arma do governo para enfrentar seu desgaste é a política. Neste terreno, embora haja diferenças importantes na coalizão governista, o que vem predominando é a posição do núcleo duro bolsonarista. Provas disso são o episódio da inauguração do aeroporto de Vitória da Conquista (BA); a reação às denúncias feitas pelo site Intercept; a tática adotada na reforma da previdência; a proposta denominada "Future-se"; e a indicação de Eduardo Bolsonaro para embaixador junto aos EUA. Em todos estes exemplos, a linha do governo vem sendo atacar os inimigos, travar a disputa ideológica, insistir nas suas posições políticas originais. É um governo que polariza, marca posição, acumula forças, "mistura gestão e política" o tempo todo.

Frente a isto, a oposição vem adotando duas táticas diferentes. Uma se materializa na greve geral, nas mobilizações em defesa da educação, no voto unido das bancadas do PT, PCdoB e PSOL contra a reforma da previdência, na campanha Lula Livre, no apoio à uma candidatura de oposição para a presidência da Câmara de Deputados. Outra tática se materializa na postura "republicana" de vários governadores "progressistas" frente ao governo cavernícola, o voto em favor de Rodrigo Maia para presidente da Câmara, a secundarização ou até negação da campanha Lula Livre.

No caso específico da reforma da previdência, as ilusões no "centro" e a subestimação da força real do governo contribuíram para que as bancadas parlamentares da esquerda fossem surpreendidas pela velocidade da tramitação e pela grande diferença final em favor da "reforma".

Como desdobramento direto e imediato destas ilusões, setores da oposição exibem desalento e a capitulação; insistem na tática de negociar detalhes de uma reforma pior do que a proposta por Temer e derrotada por nós; dizem que não haveria nada que pudesse ser feito, para impedir a aprovação da reforma no segundo turno da Câmara e do Senado. Estas atitudes são incorretas.

> "Ao mesmo tempo que trava a batalha em favor da reforma da previdência, o governo segue se movimentando em outras frentes, deixando claro que a apesar das diferenças, a linha predominante é endurecer."

Os governadores que defendem negociar a reforma e a estender aos estados, precisam ser enquadrados, pois sua postura contribuiu para a ampla vantagem obtida pela reforma, no primeiro turno de votação. Por outro lado, o PT precisa engajar o conjunto de suas instâncias e militância no corpo-a-corpo junto aos mais de parlamentares, pressionando e denunciando publicamente os que votaram e pretendem votar a favor da reforma. Uma tática de oposição global contribui para que, mesmo que soframos uma derrota no segundo turno da Câmara e no Senado, acumulemos forças para as batalhas futuras.

Ao mesmo tempo que trava a batalha em favor da reforma da previdência, o governo segue se movimentando em outras frentes, deixando claro que a apesar das diferenças, a linha predominante é endurecer.

O caso Intercept é um dos exemplos disso. Frente à comprovação de que Moro e a OLJ cometeram inúmeros crimes, o governo partiu para o ataque.

Outro exemplo é o recrudescimento da repressão legal (vide prisão de lideranças sem teto em SP) e ilegal (vide agressões e assassinatos contra indígenas, contra trabalhadores rurais, contra pessoas trans etc.).

Vista globalmente a situação, podemos dizer que —apesar das dificuldades, das divergências entre eles e de nossa resistência— o governo Bolsonaro e a coalizão reacionária que o sustenta vem conseguindo implementar seu programa antinacional, antipopular e antidemocrático. Se não forem detidos, levarão o Brasil em direção ao passado, nos colocando em uma situação similar A dos anos 20 do século XX.

Derrotar o governo Bolsonaro exigirá alterar a estratégia adotada pela esquerda desde 1995. E do ponto de vista tático, exigirá potencializar a luta de massas (como a Marcha das Margaridas, o terceiro tsunami da educação e a marcha das mulheres indígenas) e transformar as eleições 2020 em um grande protesto contra o governo Bolsonaro e seus aliados estaduais e municipais.

A classe trabalhadora brasileira tem diante de si imensos desafios e ameaças. Vivemos tempos de guerra. O único caminho é lutar, lutar e lutar. ★

Os editores

Expediente

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

ISSN 2448-0150-186

Direção Nacional da AE: Damarci Olivi/MS, Daniela Matos/DF, Jandyra Uehara/SP, Julio Quadros/RS, Mucio Magalhaēs/PE, Natalia Sena/RN, Patrick Campos/PE, Valter Pomar/SP. Comissão de ética: Jonatas Moreth/DF, titular; Sophia Mata/RN, titular; Rosana Ramos/SP, suplente; Pere Petit/PA, suplente.

Edição: Valter Pomar, Emilio C. M. Font. **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Walker edmawalker@gmail.com

Endereço para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000 Acesse: www.pagina13.org.br

Dimensões da atual conjuntura

Vitor Schincariol

Analisando-se a conjuntura brasileira em meados de 2019, notam-se duas dimensões conflitantes: (1) a economia brasileira segue em condições difíceis no que se refere aos indicadores de desemprego; (2) por outro lado houve uma melhoria conjuntural de vários indicadores macroeconômicos com relação ao interlúdio 2014-2016, por diferentes razões (abaixo descritas). E esta melhoria parcial, particularmente levando-se em conta a dimensão da crise ao longo do segundo governo Dilma Rousseff, inegavelmente fortalece o atual governo e deveria diminuir ilusões quanto a seu eventual descarte pelo grande capital.

No que se refere ao ponto (1), vejam-se os indicadores informados pelo Banco Central (<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/indicadoresconsolidados>). No 1° trimestre de 2019 a desocupação atingiu 12,7%; em 2012, alcançava 7,9%. Há um claro desemprego estrutural instalado, mas seu pico deu-se no 1o trimestre de 2017, quando atingiu 13,7%. O valor atual é alto e expressa as dificuldades estruturais postas pelo atual modelo neoliberal resgatado por Temer; porém, houve uma pequena queda do desemprego, que reflete certa melhoria em vários índices. Tomando como início da série o ano de 2012, a formação bruta de capital (investimentos em máquinas e capital fixo) atingiu seu menor valor no início de 2017 (chegando a 133%, com 1995 = 100). Esta taxa passou então a crescer, moderamente, atingindo 146% no fim de 2018. O chamado índice de confiança do empresariado industrial (ICEI), que teve seu menor valor em 49% durante junho de 2018, cresceu ao longo de 2019, chegando a quase 60%. As exportações, devido também ao baixo crescimento interno, mantêm perfil de crescimento, ao passo que as importações apresentaram queda entre2016-2018, abrindo espaço para saldos comerciais positivos e nítida queda nos déficits em conta corrente do balanço de pagamentos em termos do PIB (isto é, melhorou a relação do total das transações líquidas de comércio exterior e rendimentos com relação à economia como um todo). A taxa de câmbio (preço do dólar em reais) sofreu desvalorização desde 2013, expressando as várias dificuldades daquele período, incluindo ataques especulativos.

Mas na segunda metade de 2018, porém, o valor do dólar caiu e não há sinais de crise cambial, mesmo porque o nível de reservas em mãos do Banco Central é alto. De forma geral, os índices de preços de commodities mantiveram-se em tendência mais ou menos crescente ao longo dos últimos anos. Houve também uma nítida estabilização dos resultados fiscais nos últimos dois anos, com melhoria parcial dos chamados resultados primários (arrecadação menos despesas, com exceção de gastos com juros). Este padrão é o mesmo com a taxa de desemprego: a situação é muito pior hoje se a comparamos com o que havia no primeiro governo Dilma; mas a situação é melhor, relativamente, do que era no pico da crise (2015-2016). Os resultados primários do governo central saíram de positivos 1,4% do PIB em 2013 (expressando as relativamente boas condições fiscais vinda dos anos 2000) para -2% em 2015 e -2,6% em 2016. Ao longo dos dois anos do governo Temer, os resultados primários melhoraram relativamente, com os valores negativos (expressando resultados primários deficitários) caindo de -1,9% em 2017 a -1,7% em 2018.

Ou seja: a economia brasileira recuperou-se parcialmente da desaceleração econômica desde 2011 e depois da intensa crise do período 2014-2016. Esta recuperação precisa ser entendida porque tem implicações para a orientação política. Que fique claro: a crise brasileira não foi um resultado em primeiro lugar das ações do governo Dilma. Seria uma ilusão esperar que o governo num país subdesenvolvido tivesse completo poder definitório sobre taxa de investimentos, num ambiente de enorme poder dos oligopólios para definir o volume de gastos e alta exposição da economia ao ambiente internacional. A desaceleração do PIB desde 2011 e depois a crise pela qual passou a economia -uma das mais intensas da história brasileira- foi o resultado de uma conjunção de muitos fatores recessivos. De fato, (1) havia um esgotamento cíclico dos investimentos, cuja pendente ascendente se iniciou em 2004, que atendia por sua vez a um perfil histórico da economia desde pelo menos 1974; (2) deu-se uma queda progressiva nos saldos comerciais a partir de 2009, devido a duas fortes contrações econômicas internacionais (2008 e 2011); (3) a participação da indústria no PIB caiu ao longo do período 2011-2016, intensificada pelo aumento das importações em termos do PIB até meados de 2015, diminuindo em termos óbvios a capacidade de crescimento e exportações; (4) o mercado apostou fortemente contra os governos de Dilma, com deterioração das expectativas relativas ao crescimento da economia desde 2011, conduzindo a previsões em queda sobre o crescimento e assim a uma 'profecia auto-cumprida' de menor volume de investimentos. Houve, é verdade, limitações de política econômica nos dois governos Dilma, dando-se uma enorme renúncia fiscal não acompanhada seja de uma política cambial mais efetiva seja de uma política tributária mais radical sobre os ricos, com inevitável elevação da taxa de juros depois de 2013 devido à queda dos resultados primários fiscais -trazendo um desestímulo ao investimento e a um aumento dos gastos de juros no orçamento do governo. Outros

fatores também ocorreram, fossem políticos, institucionais e naturais, a saber: impactos sobre licitações e investimentos públicos das auto-intituladas operações de combate à corrupção; queda do preço do barril do petróleo, com óbvios impactos sobre a Petrobras. Houve até mesmo uma crise hídrica naquele momento, com impactos também negativos.

Como conclusão da queda do crescimento, veio uma diminuição da massa de lucros, piora dos indicadores fiscais, e a necessidade para o capital da remoção do governo Dilma, para jogar de forma mais fácil sobre a massa trabalhadora os custos da crise, mediante o controle direto da administração do estado.

Neste sentido, a sequência de desacelerações do PIB desde 2011 foi tamanha que, uma vez terminada -e isto começou a ocorrer justamente quando Dilma deixava a presidência em 2016- era natural que houvesse uma recuperação, ainda que tímida. Em primeiro lugar porque se está utilizando parte da alta capacidade ociosa deixada pela crise, não se tratando então de recuperação real. Mas outros fatores estão a ocorrer. Lembre-se que o salário mínimo foi praticamente congelado por decisão do governo Temer. Os sindicatos foram enfraquecidos com as novas leis trabalhistas. A taxa de desocupação baixou, mas segue alta e isto tem enorme capacidade para manter baixos os salários. A taxa de câmbio foi novamente estabilizada, e, conjugada com seguidos incrementos de produtividade dados pela aplicação contínua das novas tecnologias disponíveis, tem levado a uma recuperação das margens de lucro pelo lado de menores custos de importação e de melhores relações entre produto/salário. O ambiente internacional continua mostrando menores taxas de crescimento quando se compara com os anos 1990 ou mesmo prévios à crise de 2008, mas a média de crescimento entre 2010 e 2018 nos Estados Unidos somou 2,25% por ano, de acordo com o Bureau of Economic Analysis. As taxas de crescimento da economia chinesa têm caído de 12% a 6% no mesmo período, mas note-se que tanto no caso estadunidense como chinês tais variações se dão com relação a economias já muito grandes, sendo suficientes para legitimar os respectivos governos. A combinação entre baixo crescimento brasileiro e continuidade das exportações a estes dois mencionados países recuperou a balança comercial local, melhorando também a arrecadação fiscal.

Além destes elementos econômicos, há o fator político relativo ao apoio dado ao governo, explícito ou implícito. As eleições recentes aplacaram ainda mais a ira dos grandes oligopólios depois de 2016. A busca por reeditar de forma mais aberta a agenda neoliberal,com novos ataques a direitos, à previdência, novas privatizações de ativos públicos, repressão das forças populares etc., dá enorme margem de manobra aos atuais administradores. Tal agenda traz alguns impactos positivos sobre o PIB, pela retomada da confiança no governo e eliminação das várias formas possíveis de sabotagem econômica.

Neste sentido, desapareceram a especulação com o câmbio e com papéis da dívida pública, que tanto enfraqueceram o segundo governo Dilma, abrindo-se espaço para manter baixos os juros oficiais. Os investimentos estrangeiros foram retomados e as expectativas do capital melhoraram, com concretização de projetos antes congelados, particularmente à luz da ânsia por comprar a baixos preços ativos públicos. Assim, não se pode apostar num simples enfraquecimento da atual administração no curto prazo.

> **“Como conclusão da queda do crescimento, veio uma diminuição da massa de lucros, piora dos indicadores fiscais, e a necessidade para o capital da remoção do governo Dilma, para jogar de forma mais fácil sobre a massa trabalhadora os custos da crise, mediante o controle direto da administração do estado.”**

O que é claro é que a semi-estagnação que o modelo atual estabelece é conjugada com maior submissão dos trabalhadores, desemprego estrutural permanente e acumulação predatória (do trabalho e da natureza). O modelo gera certa expansão no agronegócio e nos serviços, mas deixa a economia à mercê das decisões do grande capital e das variações dos ciclos externos, enfraquecendo mecanismos de controle e administração públicos, sem falar do abandono de qualquer perspectiva industrializante; não serve como eixo para um projeto soberano.

No curto prazo o ambiente daí derivado pode ser embelezado e vendido à massa, cuja lembrança da crise de 2014-2016 é ainda fresca, permitindo à direita ganhar mesmo outra eleição (as municipais de 2020) ao posarem de supostos bons administradores. Mas num prazo maior as dificuldades que estabelece são claras, com possibilidades de agravamento na próxima crise global (1982; 1991; 2001; 2008; 20...?). Uma nova crise enfraqueceria os poderes estabelecidos em cada país, principalmente onde os estados já estão debilitados. Tratar-se-ia então de acumular reservas de forças popularespara uma volta, desta vez com um projeto mais coeso ideologicamente que evite as ilusões passadas e que contraponha ao terrorismo econômico a capacidade de resistência e organização num nível superior ao visto no passado recente. ★

Vitor E. Schincariol é Professor de Economia e Relações Internacionais da UFABC e Professor Visitante (Pos-doutorado) na School of Oriental and African Studies (SOAS – Universidade de Londres) em 2019

Lava Jato x Vaza Jato

Natalia Sena

A operação Lava Jato completou 5 anos em março de 2019 e atualmente vive a sua principal crise de legitimidade. A divulgação, pelo site The Intercept Brasil, de conversas privadas entre os procuradores da força-tarefa, em especial o seu procurador "chefe" Deltan Dallagnol, e o ex-juiz Sérgio Moro, atualmente ministro da justiça do governo Bolsonaro, coloca a confiança e a credibilidade da operação e dos próprios atores a ela relacionados em situação de grave cerco.

As conversas divulgadas mostram que Moro e Dallagnol com frequência trocavam sugestões e opiniões acerca das decisões a serem proferidas, recursos a serem interpostos, deflagração de novas fases da operação, além de combinarem diversas articulações políticas relacionadas à operação, projetarem enriquecimento próprio em torno do "know-how" obtido com a função institucional que desempenhavam e extrapolarem de forma abusiva suas competências funcionais. Os procuradores e Moro atuavam conjuntamente, com objetivos explicitamente comuns, e com fortes motivações políticas num sentido claramente anti-PT e anti-Lula.

Do ponto de vista jurídico, as conversas comprovam que foram cometidas práticas evidentemente ilícitas, totalmente inaceitáveis dentro do que prevê o ordenamento jurídico brasileiro acerca do que deve ser a relação entre julgador, acusação e defesa em processos judiciais. Moro, Dallagnol e os demais procuradores não atuaram como juiz e acusação, respectivamente, na forma como preveem as leis e a Constituição brasileira. Atuaram, isto sim, como agentes políticos à serviço de interesses de determinados setores da direita brasileira, que precisavam do aparato jurídico-estatal para retirar o PT do governo federal e Lula da disputa presidencial de 2018.

Politicamente, ainda não é possível saber quais serão as consequências das escandalosas revelações feitas pelo Intercept acerca das práticas desses agentes públicos. O que podemos afirmar é que a operação está sob ataque e que a sua credibilidade está em processo de queda, mesmo que lento. Uma pesquisa realizada pela Datafolha entre os dias 4 e 5 de julho, quase um mês após a divulgação das primeiras conversas entre o então juiz e os procuradores, revela que a aprovação da operação Lava Jato caiu de 61% para 55% [1].

A prisão de um suposto "hacker", que teria invadido os celulares das autoridades envolvidas no caso; junto com as declarações do ministro da justiça Sérgio Moro de que iria mandar destruir as mensagens obtidas com o "hacker" investigado; e a revelação de que Dallagnol teria empreendido tentativas de investigações, no âmbito da operação Lava Jato, sobre ministros do STF, sem que tenha competência para tanto, são fatos que estão despertando ainda mais desconfianças sobre a operação, além de estarem causando grandes movimentações na cúpula do Judiciário e uma certa instabilidade sobre o futuro da operação, que já sofre com a ameaça de ter a sua estrutura drasticamente reduzida no mês de setembro de 2019.

É fato que, a preços de hoje, não há perspectiva de que o escândalo da Vaza Jato culmine, por exemplo, em medidas mais fortes, como seria a exoneração de Sérgio Moro do ministério da justiça. Também não se vislumbra grandes possibilidades de uma punição disciplinar de peso seja imposta aos envolvidos nos ilícitos revelados. Principalmente, não se vislumbra que aconteça o que seria o mais correto do ponto de vista jurídico, e justo, que é a anulação de todas as decisões proferidas por um juiz escancaradamente suspeito e sem que qualquer prova tenha sido apresentada, como no caso do "tríplex do Guarujá", que mantém preso o ex-presidente Lula.

Por outro lado, isso não deve significar uma minimização da importância imensa que as conversas divulgadas pelo site The Intercept Brasil têm, uma vez que revelam o que é de fato esta operação, que não tem nada de imparcial muito menos de democrática. Trata-se, isto sim, de uma articulação entre o braço jurídico do aparato estatal e setores da direita, com fins políticos de perseguição contra a esquerda, o PT e o ex-presidente Lula. Portanto, é fundamental que venha à tona o caráter e as ilegalidades cometidas por eles, que em alguma medida alcançaram um certo status de "heróis" do combate à corrupção e que são, na verdade, agentes políticos que atuam disfarçados de neutros nas instituições de Estado.

Assim, a "Vaza Jato" cumpre um papel no acúmulo de forças que precisamos deslocar em nosso favor, e tem a sua importância colocada na medida em que contribui para uma mudança de ambiente na sociedade que pode levar, por exemplo, à criação das condições políticas e sociais através das quais a libertação do ex-presidente Lula irá se impor. ★

Natalia Sena integra o DN do PT

[1] Fonte: http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/07/1988215-maioria-reprova-conduta-de-moro-juiz-mas-defende-permanencia-no-governo.shtml

"Isso não é reforma, é ajuste fiscal", diz Carlos Gabas sobre PEC da Previdência

Em entrevista exclusiva ao Página 13, ex-ministro de Lula e Dilma analisa ameaça de desmonte da Seguridade Social

Na avaliação de Carlos Eduardo Gabas, que esteve à frente do Ministério da Previdência Social por dois períodos (março a dezembro de 2010 e janeiro a outubro de 2015), é fundamental continuar lutando contra a aprovação da chamada "reforma da Previdência" — na verdade, um pacote de maldades que ele define como um "ajuste fiscal" e como parte do desmonte geral do Estado brasileiro, que o governo Bolsonaro vem promovendo. O ex-ministro considera que conquistamos importantes vitórias durante a primeira fase de tramitação da PEC 06/2019. Segundo Gabas, "precisamos continuar lutando para que essas vitórias se ampliem, até a derrota geral desse projeto que é pernicioso, é altamente prejudicial aos trabalhado- res". Na sua opinião, a única maneira de alcançar esse objetivo é denunciar e pressionar publicamente os parlamentares que apoiam o projeto e os seus aliados locais, tendo em vista que 2020 será ano de eleições municipais. Sobre a tática de alguns governadores petistas, Gabas apresenta uma opinião profundamente distinta da nossa, que está expressa no editorial de Página 13. Boa leitura.

Página 13. A Câmara dos Deputados aprovou em 1º turno de votação uma reforma da Previdência. O que é que muda para os trabalhadores com essa reforma?

Gabas. O que foi aprovado na verdade não foi uma reforma da Previdência. Nós temos desde o início denunciado que isso não é uma reforma, é um ajuste fiscal que está sendo colocado na conta do trabalhador, é uma reorganização, um pagamento de uma conta que não é de responsabilidade do trabalhador. Os caras querem fazer com que haja alguma retomada de economia, e isso não vai acontecer, usando isso como justificativa para fazer uma reforma que tira direitos dos trabalhadores, que inviabiliza o direito à aposentadoria de uma grande parcela dos trabalhadores. O que aprovaram em 1º turno na Câmara não foi o que eles propuseram, não foi o desejo do governo Bolsonaro, que era um verdadeiro desmonte do sistema de proteção social brasileiro. Mas o que foi aprovado também é grave, eu vou citar alguns pontos.

Um trabalhador que se aposentaria hoje com R$ 2.000 de salário, aprovada a reforma no dia seguinte esse salário dele vai ser pouco mais de R$ 1.000, ou seja: quase cai pela metade o valor da aposentadoria desse trabalhador. Isso por quê? Porque o governo muda o cálculo da aposentadoria. Mais que isso, ele dificulta o acesso das pessoas à aposentadoria, ele acaba com a aposentadoria por tempo de contribuição, acaba com aquela regra que nós criamos de soma de idade mais tempo de contribuição para zerar o efeito do fator. E acaba com a possibilidade das mulheres de se aposentarem com 30 anos de contribuição e os homens com 35 anos de contribuição. Ele institui a regra de idade como o único fator, única regra de acesso à aposentadoria, sendo 65 anos para homem e 62 anos para as mulheres. E para que você tenha o seu salário de benefício integral, ou seja, sua aposentadoria integral, você tem que ter 40 anos de contribuição. Isso é quase impossível para os trabalhadores em geral, quase a totalidade dos trabalhadores, em especial as mulheres. Então é uma crueldade, é um impedimento do trabalhador de acessar a aposentadoria, e para aqueles que vão conseguir acessar é você derrubar, cortar o valor da aposentadoria pela metade. Ainda tem a questão das pensões. Serão reduzidas pela metade as pensões das viúvas, dos viúvos, e em especial o caso de acumulação de pensões, porque o próprio nome parece que é um privilégio alguém acumular uma pensão com aposentadoria. Na verdade isso é um direito, porque o trabalhador paga por isso.

Quando você faz a sua contribuição, vamos pegar aqui a alíquota de 11%, por trás dessa alíquota está lá estipulado, estão separadas as rubricas de contribuição: você contribui "xis" por cento para aposentadoria; "xis" por cento para pensão; outro "xis" por cento para benefício de risco, então tudo isso você contribui, não é favor nenhum, não é benesse nenhuma, não é privilégio nenhum. Como você contribui para aposentadoria e contribui para pensão, você tem direito a isso, ele não pode restringir esse direito, ou fazer com que você faça uma escolha entre um e outro, ou receba só a parte de um, que é o que ele aprovou no Congresso Nacional,

Então tem uma série de maldades. Reduz o valor do PIS, reduz a quantidade de trabalhadores que terão acesso ao abono do PIS, faz um estrago enorme nas aposentadorias, na estrutura previdenciária do país, usando como pano de fundo a necessidade de uma reforma, o que ele não faz. Não é reforma nenhuma: é ajuste fiscal, é só para concentrar ainda mais a renda e para você reduzir o espaço da Previdência pública e ampliar o espaço da previdência privada.

> "Apenas 30 países no mundo implantaram este modelo de capitalização individual. Desses 30, 18 já voltaram atrás"

Página 13. Qual é a diferença entre o que foi aprovado na Câmara dos Deputados e aquilo que foi proposto pelo governo Bolsonaro, a proposta original do Bolsonaro?

O governo quando encaminhou essa proposta usou dois eixos principais, não é que o resto não era importante, mas para mim era diversionismo. Os dois eixos principais: artigos 201 e 201A. O primeiro desconstitucionalizava todas as regras da Previdência, tirava da Constituição todas as regras da Previdência e submetia a lei complementar ou lei ordinária, ou seja: toda reorganização das regras previdenciárias seria estipulada a partir de uma lei complementar ou uma lei ordinária, o que sobrou seria transitório, seria até a aprovação da lei. Ou seja: em seguida à aprovação da reforma ele colocaria uma lei complementar mais as medidas provisórias e acabou a transição. Então a discussão que as pessoas estavam fazendo — "precisa alongar mais a transição, precisa favorecer essa ou aquela categoria" — era bobagem. O principal era a substituição da garantia da regra na Constituição por uma lei complementar ou uma lei ordinária.

Ele reorganizaria toda a estrutura previdenciária, dessa maneira, com um quórum muito menos qualificado, com muito mais facilidade de aprovação, então essa era a proposta original, o primeiro eixo desconstitucionalizava e remetia para lei complementar e leis ordinárias.

E o segundo eixo é tão ou mais prejudicial que esse: era a substituição do modelo solidário, do modelo de repartição simples — onde toda sociedade é responsável pelo financiamento da seguridade, e é assim que deve ser —por um modelo de capitalização individual, onde o Estado se retira dessa responsabilidade, o empregador, o patrão se retira dessa responsabilidade, e ela recai exclusivamente sobre o trabalhador, então o trabalhador vai ser responsável por acumular individualmente recursos para a sua aposentadoria.

Ora, nós sabemos que isso não funciona, não é só uma elucubração nossa, "eu tenho a sensação de que isso não funciona". Não! Isso está provado: apenas 30 países no mundo implantaram este modelo de capitalização individual. Desses 30, 18 já voltaram atrás. E os outros 12 estão felizes? Não, estão tentando voltar atrás também. Este modelo não é capaz de proteger as pessoas. Esse modelo que ele está propondo, que ele chama de "Nova Previdência", que de novo não tem nada, é um fracasso, foi fracassado no mundo todo. Está aqui o Chile, do nosso lado, que implantou isso sob uma ditadura, do general Pinochet, e o que produziu isso? Qual foi a consequência dessa implantação? Maior exclusão social, aumento da concentração de renda, empobrecimento da população, impedimento das pessoas de se aposentar. Dos trabalhadores e das trabalhadoras que se aposentam no Chile, que é menos da metade que conseguem se aposentar, 80% recebem menos do que um salário mínimo, é a desestruturação geral de um sistema de proteção. Sem contar que há um custo de transição para você sair de um modelo de repartição e ir para um modelo de capitalização individual, eu vou explicar rapidamente aqui.

> "Ora, por que tenho que trocar um déficit de 4% do PIB por um de 200% do PIB? Isso é uma insanidade"

O que é esse custo de transição? Vamos falar do modelo de hoje. Ele é financiado com contribuições do patrão, do empregado e do governo. O orçamento da Previdência para esse ano é de R$ 602 bilhões, então esses R$ 602 bilhões virão da contribuição dos empregados, dos patrões e do governo. Bom, se ele vai acabar com a contribuição, o modelo de capitalização individual pressupõe acabar com a contribuição do governo, acabar com a contribuição do patrão e fica só a do empregado, mas ela não vai mais para o fundo previdenciário, ela vai para a conta individual do empregado. Ora, se não tem mais contribuição do patrão, do governo, e a do empregado vai para sua conta individual, nós não temos mais fonte de financiamento para bancar os atuais benefícios. De onde virão os recursos para pagar os R$ 602 bilhões de aposentadorias esse ano? Virão de impostos da sociedade. Então esse é o custo de transição? Não. R$ 602 bilhões é este ano, ai você tem mais um valor desse corrigido para o ano que vem, para o outro ano, para o outro ano, até que essa geração toda de aposentados deixe de receber beneficio. Isto é chamado custo de transição. No Chile custou 1,4 PIB, uma vez vírgula 4 o PIB do Chile. No Brasil a estimativa é que são 2 PIBs, R$ 14 trilhões. Quem vai pagar essa conta? A sociedade.

Ora, não faz sentido você, com o argumento de que a Previdência está quebrada, com o argumento de que esse sistema solidário está quebrado, substituir por um sistema de capitalização individual. E como é que ele está quebrado? Quanto é o déficit dele? Segundo o governo, é um déficit de 4% do PIB anual. Ora, por que é que eu tenho que trocar um déficit de 4% do PIB por um de 200% do PIB, se o custo de transição é duas vezes o PIB? Isso é uma insanidade, não se justifica. Por isso, nos países onde foi implantado, em geral foi implantado sob uma ditadura militar, sob um regime de exceção onde não podia ter contestação. Aqui os caras queriam fazer na mão grande, fazer aprovando no Congresso Nacional, foi uma vitória dos trabalhadores retirar essa substituição do modelo solidário pelo modelo de capitalização.

E conseguimos retirar a alteração das regras do Beneficio de Prestação Continuada [BPC], da Lei Orgânica da Assistência Social, e a modificação que na verdade era a extinção do beneficio rural, da aposentadoria dos segurados especiais, dos trabalhadores rurais. Essas são três vitórias que nós obtivemos na disputa no Congresso Nacional, eu insisto que foi aprovado em 1º turno, precisamos continuar lutando para que essas vitórias se ampliem, até a derrota geral desse projeto que é pernicioso, é altamente prejudicial aos trabalhadores.

"A sociedade brasileiraé negra, pobre e feminina. Esse Congresso é branco, masculino e é rico"

Página 13. Ficou clara a diferença entre a proposta original do Bolsonaro e aquilo que foi aprovado na Câmara dos Deputados. Também ficou claro que aquilo que foi aprovado na Câmara dos Deputados é negativo para a classe trabalhadora. Então eu lhe pergunto: na sua opinião, o que é que a classe trabalhadora deve fazer para impedir que na Câmara dos Deputados no 2º turno, e no Senado, essa reforma seja aprovada em definitivo? Que fazer para defender a Previdência pública?

Não podemos ter ilusão com o Congresso Nacional, esse Congresso, o outro passado também e o que virá também, eles não são frutos de uma democracia plena, de uma eleição livre, de uma eleição onde os trabalhadores disputam com as mesmas armas que a elite. Então, esse Congresso não reflete a sociedade brasileira. A sociedade brasileira é negra, pobre e feminina. Esse Congresso é branco, masculino e é rico. Os trabalhadores estão muito pouco representados no Congresso, então não podemos ter ilusão. Mais que isso, o governo está utilizando emendas parlamentares, está usando artifícios de liberação de emendas, a imprensa noticiou que foram liberados R$ 40 milhões de emenda para cada deputado, para cada um dos 379 que votaram a favor da reforma no Congresso, então é difícil brigar com uma arma dessas.

Para mim a única saída dos trabalhadores é pressionar os parlamentares, e não é uma pressão em Brasília não, juntar gente em Brasília é bobagem, os caras vão colocar o aparato policial para bater, para prender, e continuam aprovando o desmonte do país. O que nós precisamos fazer é pressionar os deputados na sua base eleitoral, no município, nós temos que aproveitar essa oportunidade agora de um tema tão relevante para a sociedade, e pressionar inclusive por conta das eleições municipais de 2020. Temos que lembrar que deputados federais são eleitos, com apoio de estaduais, de vereadores e de prefeitos. Nós vamos ter eleições para prefeitos e vereadores agora em 2020. Então quem é que está lá desmontando o Estado brasileiro? Quem está lá tirando o direito dos trabalhadores? Nós temos que apontar o dedo, dizer o deputado fulano de tal, que tem base lá na cidade tal, que está apoiando o candidato a vereador, candidato a prefeito, é quem tirou nosso direito. Essa maldade tem que ter pai e tem que ter mãe, senão vai aparecer que aconteceu no Congresso. Não aconteceu não: teve forças politicas, partidos políticos apoiaram isso, e vão procurar voto popular em 2020, para eleger vereadores e prefeitos. Ora, é uma contradição o trabalhador votar no cara que tirou direito dele, nós precisamos trabalhar isso.

O PT, os partidos de esquerda, a sociedade organizada, precisa identificar quem são os responsáveis por esse desmonte, por essa desgraceira que eles estão fazendo no país, e isso precisa se refletir nas eleições de 2020. Então é só com pressão na base, no local onde o deputado mora, onde ele tem escritório, onde ele vai buscar voto na comunidade. Precisa ir para cima, precisa pressionar e constranger esses parlamentares, para mim é a única alternativa para barrar a reforma em 2º turno na Câmara e no Senado.

"Eu não vi esse processo de negociação, eu vi os governadores pressionando para ajudar a derrotar a proposta do Bolsonaro"

Página 13. Ficou clara a tática que você defende para que nós derrotemos a reforma da Previdência, agora eu queria lhe perguntar uma coisa um pouco mais delicada. Os governadores do PT, mais exatamente os governadores Rui Costa, Wellington e Camilo, defenderam em algum momento do processo que a reforma proposta pelo Bolsonaro deveria ser derrotada, mas que se caísse o BPC, as medidas em relação aos trabalhadores rurais, a capitalização e a constitucionalização seria possível fazer um acordo, desde que as medidas acordadas fossem estendidas aos estados e municípios. Que significa esse tema da extensão da reforma aos estados e municípios, na prática isso significa o que? Eu não estou pedindo que você entre no debate politico sobre se isso é correto ou não, eu queria mais uma explicação técnica mesmo, para que o nosso leitor entenda o fundo da polêmica e a partir dai se posicione.

A resposta a essa pergunta não permite tecnicismo só, claro que vou falar do aspecto técnico, mas

temos que entrar na questão politica também. Eu não presenciei, não vi, nem li, os governadores propondo algum tipo de acordo para avançar a reforma do Bolsonaro, o que eu vi foi o seguinte: participei das discussões, os governadores foram enfáticos e foram muito duros numa carta dos governadores do Nordeste e não são só os quatro do PT, os nove assinaram, uma carta repudiando a proposta do Bolsonaro. Primeiro porque não é uma reforma, é um desmonte, é um ajuste fiscal. Então eu não vi esse processo de negociação, eu vi sim os governadores pressionando para ajudar a derrotar a proposta do Bolsonaro, foi inclusive por pressão dos governadores que se conseguiu tirar o BPC, conseguiu acabar com a capitalização, conseguiu tirar os rurais, enfim. Sobre a tal da extensão da reforma para os estados e municípios, temos que lembrar que nós defendemos reforma, nós não somos contra fazer reforma da Previdência. Nós somos contra desmonte. E fazer reforma implica rediscutir, principalmente fontes de financiamento, principalmente o reequilíbrio do sistema de Previdência social e em especial os regimes próprios de Previdência de estados e municípios.

O fato por exemplo de o governo do Estado do Rio de Janeiro não estar conseguindo pagar as aposentadorias, o que aconteceu também com o Rio Grande do Sul, está acontecendo com Minas, em vários estados, o regime próprio está comprometendo recursos [de custeio]. Isso é alarmante, agora isso não é responsabilidade exclusiva do servidor, não é porque tem muito professor lá que nós vamos ter que cortar os direitos do professor, isso está errado, os governadores sabem disso. O que precisa fazer? Precisa rediscutir os sistemas de Previdência, em especial os regimes próprios de Previdência, para acabar com privilégios de verdade, salários acima do teto, salários altos, e aposentadorias que levam recursos que não são para todos os servidores. Do tipo gratificações específicas, que são criadas em especial para o poder judiciário engordar a aposentadoria. Tem estados que pagam aposentadorias de R$ 60 mil, isso não se justifica, não é possível que aconteça, e são estados pobres. Então o que nós precisamos fazer? Rediscutir o sistema de Previdência de estados e municípios, senão vamos inviabilizar esse entes, tanto estados quanto municípios. Agora, como é que você faz isso? Corta direito? Não, vamos discutir com os trabalhadores, vamos reorganizar sistema de financiamento, se essas regras foram criadas lá atrás.

Um exemplo: eu conheço município que até pouco tempo não tinha nenhuma contribuição dos servidores, a lei não previa, o município arcava com tudo. Está errado. É responsabilidade do servidor? Não. E aqueles que se aposentaram nessa regra? Como é que faz? Você cassa a aposentadoria? Claro que não pode, então temos que reorganizar isso para o futuro, nós vamos precisar de recursos que têm que vir de outras fontes, não dá para aumentar contribuição do servidor para 27%, isso é confisco, e nós temos que tirar de quem tem, não de quem não tem.

Então isso tudo faz parte de uma discussão de reorganização de sistemas de proteção social, não jogando na conta do trabalhador. Os governadores sabem que é preciso fazer isso, e fazer urgente, se não vai inviabilizar investimentos, vai inviabilizar o funcionamento dos estados. Mas isso tem que ser feito com tranquilidade, com diálogo, com debate, não no bojo do contexto de uma reforma que não é uma reforma, é um desmonte. Eu vi o governador Rui Costa dando declarações de que nós não somos contra fazer a reforma, mas que isso ai não era uma proposta aceitável, que nós queríamos discutir de fato uma reforma que reorganize o sistema, em especial os regimes próprios de Previdência social, para dar tranquilidade aos estados para continuar gerindo os recursos em prol de toda uma sociedade, não de uma minoria.

> “O que está em jogo é o Orçamento da União. O que está em jogo é o papel do Estado”

Página 13. Pensando agora mais no longo prazo, a impressão é que o debate sobre a reforma ás vezes se perde em peculiaridades, aumenta para cá, aumenta para lá, diminui tal coisa, aumenta tal coisa, aposenta um ano mais, um ano menos. Quais são as questões de fundo, de projeto de sociedade, de visão de mundo que estão envolvidas nesse debate, que a gente deveria destacar, na discussão com a classe trabalhadora, para além das questões técnicas, para além das questões pontuais.

Você tocou num ponto agora que para mim é o central, é o eixo de toda a discussão, deve ser a maior preocupação nossa. Essa proposta que ele chama de “Nova Previdência” ou de reforma da Previdência vem num contexto que não está isolado dos demais desmontes que ele está fazendo, que ele está promovendo e que outros governos neoliberais também tentaram promover no país. O que está em disputa? Não é se a aposentadoria vai ser aos 60, 65 anos, se o cálculo é de um jeito ou de outro, não tem nada a ver com isso. Isso é pano de fundo, isso ai é argumento para de fato implementar a visão deles de mundo, a visão deles de sociedade.

O que está em jogo é o Orçamento da União. Para que serve o Orçamento da União? A quem serve o Orçamento da União? Aliás, eu vou além: o que está em jogo é o papel do Estado. Para que serve o Estado brasileiro ou a quem serve o Estado brasileiro? Ele vai proteger o cidadão ou ele vai continuar sendo utilizado para acumulação de recursos especial do capital especulativo, na mão de meia dúzia? É isso que está em jogo.

Uma elite do país chegou agora e disse o seguinte: “Nós temos um ambiente favorável a mudar tudo, não queremos mais financiar esse bem-estar do trabalhador. Nós não queremos mais pagar esses direito que a Constituição estabeleceu em 1988. Chega, não vamos pagar mais, nós queremos acumular mais ainda, nós queremos concentrar renda nas nossas mãos e a sociedade que se vire”.

Este é o modelo de sociedade que está na cabeça deles. Por isso que estão desmontando tudo quanto é direito de trabalhador, então o que está em jogo é se nós vamos para um grau de humanidade, ou se vamos mergulhar na barbárie, eu tenho falado isso já há algum tempo. Nenhum país civilizado no mundo abriu mão e deve abrir mão de um sistema de proteção social decente, de um sistema de proteção social que garanta o mínimo de condições de vida para os trabalhadores.

"A sociedade reproduz desigualdade, reproduz exclusão social, reproduz concentração de renda"

Porque vamos pensar aqui, ao fim e ao cabo, estamos falando de pessoas, de trabalhadores, de uma grande maioria da sociedade, que por si só não tem condições de se manter na velhice, ou na incapacidade. Vamos falar de coisas concretas aqui, não é nenhum demérito para nenhuma categoria, mas para dar exemplo nós vamos ter que falar de algumas categorias, eu acredito que todos os trabalhadores, todas as funções numa sociedade são importantes, por mais que ninguém queira exercer algumas atividades. Elas são importantes para o funcionamento de uma sociedade, e desde a Idade Média, desde que o homem é homem, até na Idade Antiga.

Como é que era na Idade Média? O que era a relação Suserano-Vassalo, o que definia essa relação? De que lado do muro você nascia. Se você nascia do lado de lá do muro, você não precisava fazer nada na vida, você ia ter um monte de gente trabalhando para você. Se você nascesse do lado de cá do muro, você era o cara que ia trabalhar para aquela meia dúzia que não fazia nada. Como é que é hoje? A mesmíssima coisa, se você nascer numa família abastada, fica tranquilo meu amigo, você não vai precisar trabalhar, sua quinta geração não precisa trabalhar, não tem essa preocupação. Nasceu do lado de cá, que é onde está a grande maioria dos trabalhadores, você tem que se lascar, tem que se virar. As oportunidades são iguais? Não.

Há uma diferenciação de raça, de cor, de sexo, muito forte. A discriminação forte que impacta nas oportunidades, não existe oportunidade igual.

Você acha que o filho de um trabalhador braçal, de um pedreiro, acorda e fala: "Pai, hoje eu vou virar engenheiro, não vou te ajudar, não vou bater concreto com você"? Isso não existe. O pai deve dar um peteleco nele: "Acorda moleque, são 4 da manhã já, vamos pegar o busão", três horas chacoalhando no busão até chegar no lugar, bater concreto o dia inteiro e voltar à noite para casa moído, para comer alguma coisa, para no outro dia bater concreto de novo. Você acha que o filho desse trabalhador pode escolher se vai ser médico, se vai ser engenheiro? Não, ele tem que trabalhar desde muito cedo, ele não tem escolha. Mas a sociedade precisa desse trabalhador. A sociedade precisa do pedreiro, precisa do lixeiro, precisa do varredor de rua. Por isso que na Constituição está lá muito claro: a Seguridade Social será financiada com recursos de toda a sociedade. Por quê? Porque o constituinte sabia que a sociedade por si só não protege ninguém, ela reproduz desigualdade, ela reproduz exclusão social, ela reproduz concentração de renda, por isso ela é responsável pela proteção daquele que não tem condições de se manter sozinho. Com 50, com 60 anos, na doença, na invalidez, no acidente do trabalho, porque o Brasil infelizmente é um dos campeões de acidentes no trabalho, com sequelas, com mortes, deixando milhares de pessoas viúvas e órfãos. Por quê? Porque o capital precisa acumular mais, o capital precisa ter mais lucro, e para ter mais lucro ele abre mão de proteção, da saúde do trabalhador, de condições seguras e decentes de trabalho, de salário decente, então é isso que está em jogo hoje.

"O PT tem papel primordial nessa organização popular para que a gente enfrente esse desmonte, essa destruição das políticas de proteção social"

É concentração de renda. É exploração versus bem estar. Nós experimentamos no Brasil um período muito curto na era do presidente Lula, e da presidenta Dilma, no qual o Estado brasileiro cuidou de pobre, fez casa própria, construiu escolas, deu acesso à universidade, levou água, levou energia elétrica para locais onde nunca tinham visto isto, ou seja, um período curto onde as oportunidades dos mais pobres melhoraram. Mas isso já foi, eles estão acabando com essas oportunidades, portanto a sociedade tem sim que ser responsável pela proteção social, por algum grau de sobrevivência digna para essas pessoas, quando elas envelhecem, ou quando perdem a capacidade laboral, através de um acidente, uma doença, o que seja.

O que estamos vendo é que essa elite diz: "Não vamos mais pagar isso, não vamos mais pagar essa conta, nós queremos que o trabalhador se vire, ele que se resolva por conta própria, o Estado não é responsável, e o patrão não é responsável". Isso é um absurdo, isso não pode acontecer, em países civilizados isso não tem acontecido, o Estado de Bem-Estar Social se mantém ainda na Europa, nos países mais civilizados, e nós que sonhávamos alcançar algum grau de bem estar social, estamos vendo tudo que nós construímos nos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma ir para o ralo, os caras estão desmontando algum grau de possibilidade de melhoria de vida, especialmente do mais pobre. Então é isso que está em jogo, é muito mais grave do que uns anos a mais na aposentadoria, ou um valor a menos no seu salário. É a desestruturação do Estado, é a desestruturação da sociedade como ela vem sendo construída, buscando proteger quem mais precisa. A visão de mundo deles é excessivamente contra o trabalhador, a gente sabe que a disputa capital-trabalho sempre existiu, mas ela caminhava para algum grau de solidariedade, algum grau de compreensão de que quem tem menos precisa ter mais oportunidade. Isso se deu nas políticas públicas que nós criamos, nas politicas de oportunidades, de inclusão social, de melhoria de salário, e isso tudo está se perdendo nesse governo que não é só neoliberal, ele é fascista, é um governo truculento, que não respeita Constituição e está promovendo um desmonte, está promovendo uma entrega dos nossos recursos naturais, das nossas riquezas, da nossa soberania. Eu não conseguiria imaginar há poucos anos que a gente viveria o que estamos vivendo hoje.

Então o que nos resta? Resistência, organização popular, o povo que é a maioria, o trabalhador que é a maioria não pode assistir passivamente ao que estão fazendo com o país, o desmonte que estão impondo ao país. E isso se dá também via Congresso Nacional, também via parlamentares, por isso é preciso organizar a sociedade, e o PT tem um papel muito importante nisso, um papel primordial nessa organização popular para que a gente enfrente esse desmonte, essa destruição das políticas de proteção social que foram construídas com muito suor, com muito sangue, muita reivindicação, muita luta da classe trabalhadora. ★

Uma CUT para tempos de guerra

Jandyra Uehara

O 13º Concut, cuja etapa nacional que acontecerá entre 7 e 10 de outubro, acontece no momento mais difícil da história da CUT, na esteira de sucessivas derrotas políticas desde 2016, em meio a ataques violentos à organização sindical, de mudanças corrosivas nas relações de trabalho, de desemprego, de fragmentação, de precarização, de grave crise econômica e social.

Mais do que nunca, nossa primeira tarefa é defender as organizações sindicais e populares da política de cerco e aniquilamento, de guerra contra a classe trabalhadora operada pelo governo da extrema direita e seus aliados. Precisamos existir, resistir e avançar.

Aos 36 anos, a CUT, com sua força e com as suas debilidades, com seus erros e acertos, é o maior e mais importante instrumento de luta sindical da classe trabalhadora brasileira, dirigindo a luta por melhores salários, melhores condições de trabalho, menores jornadas, mais empregos, mais direitos. Seu desafio histórico é vincular as lutas cotidianas a uma estratégia de profunda transformação social de realização de reformas estruturais democráticas e populares articuladas com a construção de uma sociedade socialista.

Após o período de ascenso das lutas sociais que marcaram a primeira década de existência da CUT cresceram no seu interior posições políticas, ideológicas e práticas distantes do sindicalismo combativo, democrático e de massas, que marcaram seu nascedouro. Este processo se deu em meio a profundas e complexas transformações no mundo do trabalho decorrentes do neoliberalismo e da reestruturação produtiva e a um crescente processo de adaptação à estrutura sindical atrelada ao estado, burocratização, fragmentação e despolitização do movimento sindical.

O anticapitalismo deu lugar ao antineoliberalismo, as políticas de negociação economicistas prevaleceram e cada vez mais o modelo sindical europeu influenciou a CUT, ignorando um diferencial básico - a ausência de um estado de bem estar social, de uma democracia burguesa consolidada e de liberdade e autonomia sindical no Brasil.

A CUT surgiu em oposição ao sindicalismo acomodado e pelego que dominava a cena no final dos anos 1970; e em oposição à estrutura sindical varguista, atrelada ao Estado. Na Constituição de 1988, sofremos uma grande derrota na democratização do movimento sindical e na ratificação da Convenção 87 da OIT, mantiveram-se o imposto sindical compulsório, a unicidade e a regulação da justiça do trabalho.

Com o passar do tempo, a luta por mudanças e democratização do modelo sindical foi secundarizada e a acomodação à estrutura sindical cresceu. Nos anos do governo Lula, a Lei de reconhecimento das centrais sindicais em 2007, além de favorecer a fragmentação sindical, consolidou o processo de adaptação e acomodação à estrutura sindical atrelada ao Estado, com destaque ao imposto sindical compulsório. Boa parte da receita da maioria dos sindicatos cutistas vinha do imposto sindical e as nossas entidades não se preparam para garantir, na prática, a autonomia frente ao Estado. O mesmo em relação à CUT, cuja estrutura e a burocracia sindical cresceram em função dos recursos provenientes do imposto sindical a partir de 2008.

Com a Reforma Trabalhista, as MPs 871 e 873 e outras medidas que se anunciam como o fim da unicidade sindical e até mesmo das prerrogativas do artigo 8º da Constituição Federal, os governos golpista de Temer e Bolsonaro estão rapidamente destruindo a estrutura e o financiamento como forma de aniquilar a organização sindical e destruir a resistência organizada da classe trabalhadora.

Em decorrência das políticas neoliberais, das mudanças profundas no mundo do trabalho e da reestruturação produtiva, a CUT hoje representa as categorias organizadas do setor público e privado, minoritárias em relação ao conjunto da classe trabalhadora. É preciso uma proposta de reorganização que fortaleça e priorize os sindicatos de base, propor novas formas de organização e ampliação da representação dos trabalhadores e das trabalhadoras com base nos territórios e no fortalecimento da organização horizontal; combater a fragmentação e unificar o movimento sindical, na luta e – como decorrência desta – nas estruturas, fundindo sindicatos numa mesma base territorial; incorporar os trabalhadores e trabalhadoras terceirizados; organizar os trabalhadores/as informais, das plataformas digitais, os desempregados, com prioridade para as mulheres e jovens.

É vital fortalecer os laços e a

confiança da classe trabalhadora em relação às organizações sindicais e no trabalho de base fazer a disputa político-ideológica. A formação política e cultural na perspectiva da luta de classes é fundamental para a renovação e reconstrução de um movimento sindical radical, anticapitalista, socialista, financiado pelos trabalhadores e trabalhadoras e profundamente enraizado nas suas bases.

O enfrentamento da situação e a própria existência da CUT com seus propósitos originais exige uma política de combate sustentada pela conscientização e mobilização da classe trabalhadora associada a um novo modelo de organização.

Diferente do período de fundação da CUT, no bojo de intensas lutas sociais, de ascenso da classe trabalhadora, do surgimento de novas lideranças no cenário sindical, estamos chamados a fazer mudanças sem um movimento intenso da classe trabalhadora que impulsione e seja capaz de desengessar as estruturas da CUT. Será preciso democratizar radicalmente a CUT, retomar a participação das bases nos processos congressuais e decisórios, voltar a ser uma central de militantes e não apenas de dirigentes de grandes sindicatos.

A CUT assim como a maioria das organizações do campo popular e socialista está chamada a mudar a sua estrutura, organização, método de trabalho no funcionamento e método de direção, organização na base e relação com as classes trabalhadoras, mobilização e luta sindical, conteúdos e práticas de comunicação e formação política.

Há no interior da CUT posições divergentes sobre o balanço do movimento sindical nos governos Lula e Dilma, na caracterização do governo Bolsonaro e também sobre qual estratégia deve ser adotada contra a coalizão golpista.

> **“Embora muitas das resoluções aprovadas na Central indiquem o caminho da luta de classes, da confrontação e da organização, na prática, não está superada a estratégia de conciliação, que segue presente em ações e prioridades da maioria da Articulação Sindical, tendência que dirige há décadas a CUT e a maioria dos sindicatos.”**

Embora muitas das resoluções aprovadas na Central indiquem o caminho da luta de classes, da confrontação e da organização, na prática, não está superada a estratégia de conciliação, que segue presente em ações e prioridades da maioria da Articulação Sindical, tendência que dirige há décadas a CUT e a maioria dos sindicatos.

Após a vitória de Bolsonaro, em diferentes ocasiões a ilusão com a possibilidade de diálogo, de acordos ou de alianças com setores golpistas se fizeram presentes, em ações que não foram convalidadas pela direção nacional cutista, mas que representavam a posição política do núcleo central do grupo dirigente.

Desde posições de construção de “um canal de diálogo com o governo e fazer oposição com proposição” como via “para a construção de consensos políticos, econômicos e sociais fundamentais ao êxito de qualquer administração e do desenvolvimento do Brasil” em carta assinada por seis centrais sindicais em 1º de janeiro de 2019, passando por audiência com Mourão com ilusão de que poderiam incidir sobre as aparentes divergências da coalização golpista até a assinatura de Manifesto escrito e proposto por Dias Toffoli em defesa do STF, onde consta que “a Suprema Corte é insubstituível para o país e é dever de todos a sua defesa, pois, sem ela, nenhum cidadão está protegido”.

Ao longo da história do Brasil, o STF é a suprema corte de um estado oligárquico e autoritário, respaldou golpes e ataques à democracia como na permissão para a extradição de Olga Benário Prestes ao regime nazista, na legitimação do Golpe Militar de 1964 e do AI-5, na ocultação dos crimes da ditadura aprovando a anistia a assassinos e torturadores. Além da participação do STF no impeachment da presidenta Dilma, na prisão de Lula e no seu impedimento na eleição presidencial de 2018. Mais recentemente aparece a tese de que “setores do empresariado não aguentam mais Bolsonaro” ou ainda que o Rodrigo Maia e o centrão podem ser articuladores de uma proposta de legislação que se contraponha às prováveis ofensivas de Bolsonaro para destruir o movimento sindical combativo. Criam a ilusão em torno da possibilidade dissensos na coalizão golpista em pautas fundamentais que gerem benefícios aos trabalhadores ou protejam as suas organizações.

Esses exemplos mostram tentativas de requentar a velha tese da conciliação, da possibilidade de alianças com frações dos inimigos, sem levar em conta que só conseguiremos incidir nas contradições do bloco golpista com as classes trabalhadoras em luta, organizadas e mobilizadas. Não existem atalhos, portanto, os nossos melhores esforços devem ser em direção à unidade das classes trabalhadoras, acolhendo, organizando e politizando as lutas de todos os setores explorados, dominados e oprimidos.

No 13º Concut é fundamental aprofundar o debate político, trazer à tona as divergências reais e construir unidade em torno de uma política de enfrentamento à coalização golpista. É preciso também avançar na defesa das nossas organizações contra a criminalização da ação política e sindical e lutar por LULA LIVRE junto às nossas bases organizadas. A luta pelos direitos é indissociável da luta por democracia e pela liberdade de Lula. Mas a mobilização pela liberdade de Lula ainda está circunscrita aos dirigentes sindicais e à vanguarda da classe trabalhadora. Lula só será libertado por obra da ação consciente de milhões de trabalhadores e trabalhadoras nas ruas.

A Articulação de Esquerda participa ativamente do processo de unidade que é fundamental para a sobrevivência da CUT, porém isto não significa ocultar as divergências de concepção política e organizativa que existem no interior da Central, o que é fundamental para a construção de uma unidade política real, que faça deste Congresso um marco político e organizativo na história da classe trabalhadora, à altura dos desafios e das gigantescas dificuldades impostos pela conjuntura política no capitalismo em crise. ★

Jandyra Uehara Alves é da Executiva Nacional da CUT e do DN do PT

Construir unidade em defesa da Psicologia

■ **Walkes Jacques Vargas**

ELEIÇÃO 2019

Ao olhar o cenário mundial é possível notar um grande ciclo de mudanças, que no Brasil se iniciou por volta de 2013, tendo como um de seus ápices as eleições gerais de 2018. Essas mudanças colocaram no centro do debate político pautas muito caras para a Psicologia e também para todo o conjunto das forças progressistas.

Além de estarmos no meio de uma das piores crises que o país já viveu, cresce na população a naturalização das violências e práticas autoritárias. Diante disso, ficam ameaçadas quaisquer iniciativas de superação das desigualdades sociais e destacam-se os discursos de ódio contra as mulheres, comunidade LGBT, população negra, povos indígenas, moradores de rua, migrantes, refugiados, etc.

Historicamente, a Psicologia esteve aliada aos Direitos Humanos, ampliando, inclusive, práticas profissionais para diversas áreas de atuação. Antes vista unicamente como trabalho clínico individual, hoje Psicólogas/os também atuam com competência em trabalhos com coletividades e grupos vulneráveis, inserido em diversas políticas públicas que vão na direção da redução de desigualdades sociais.

Essa ampliação teve seu início no final da década de 70 com as mudanças sociopolíticas da época e a luta pela redemocratização do país. Muitos sindicatos, associações e conselhos foram ocupados por grupos progressistas que fomentaram essa mudança. Trabalhadoras/es da Psicologia protagonizaram o movimento de luta antimanicomial, a construção da Reforma Psiquiátrica, o controle social na implementação das políticas públicas de saúde, educação e assistência social.

Desde então, nossa ciência é cada vez menos associada a patologias, higienização, desvios e desequilíbrios, passando a ser vista como agente que contribui para qualidade de vida e a promoção de saúde da população. Em outras palavras, rompeu-se o compromisso com as elites que foi aos poucos sendo substituído pelo compromisso ético-político de transformação social.

Porém, com o avanço neoliberal, grupos conservadores vêm adotando discurso de neutralidade e cientificismo com a pretensão de disputar as entidades profissionais da área, com destaque para os Conselhos Regionais e o Conselho Federal de Psicologia. Entre suas pautas estão a "cura gay", "escola sem partido", o fim da laicidade, a distorção da noção de gênero, o enfraquecimento das políticas públicas (com destaque para o SUS e o SUAS) e a defesa da nova política de saúde mental com o retorno dos manicômios, o uso do "eletrochoque" e a legitimação das comunidades terapêuticas entre outras.

Caso logrem êxito, as autarquias de fiscalização podem ser utilizadas como instrumento para legitimação de desigualdades e

Walkes Jacques Vargas, candidato da Chapa 11 ao CRP MS

discriminações, o que é completamente contraditório com a ciência psicológica e com o que foi construído todos esses anos. E pautas voltadas para uma profissão unicamente liberal e descomprometida com a sociedade alcançarão grande prioridade. A própria extinção dos conselhos profissionais ou mesmo o fim da obrigatoriedade no pagamento das anuidades já foi defendida publicamente por alguns desses agrupamentos.

Diante disso, a Psicologia e as/os Psicólogas/os se deparam com o desafio de reunir o conjunto dos grupos, movimentos e coletivos de profissionais com um olhar mais progressista, para refletir sobre a conjuntura atual e construir uma unidade estratégica para fazer o enfrentamento contra toda forma de retrocesso.

Tornou-se público, em fevereiro de 2019, um Manifesto em Defesa da Psicologia, tido como movimento em resposta à drástica mudança no quadro político brasileiro e principalmente em contraposição ao discurso fascista cada vez mais em voga na sociedade. O manifesto foi assinado por mais de 6 mil psicólogas/os, estudantes, professoras/es, intelectuais, militantes e entidades, proporcionando princípios para a construção de chapas que disputarão as eleições dos CRP's em todo o país, e da Frente em Defesa da Psicologia Brasileira organizada como uma chapa para disputar o CFP.

As eleições de todo o Sistema Conselhos de Psicologia acontecerão de 23 à 27 de agosto. Para o CFP, estão inscritas cinco chapas, a maioria comprometida com interesses patronais, fundamentalista religioso e uma plataforma ultraliberal. Em todo o Brasil somos mais de 300 mil psicólogas/os que decidirão os rumos da profissão para os próximos anos. Portanto, é de fundamental importância o nosso apoio para a construção deste campo progressista em defesa da Psicologia. ★

Walkes Jacques Vargas, psicólogo, presidente do SINPSI-MS, militante da Articulação de Esquerda e candidato da Chapa 11 ao CRP MS

No Andes, segue a disputa

Mariuza Aparecida Guimarães

Concluímos no dia 14/07/2019 o 64ª CONAD/ANDES, a segunda maior instância do sindicato nacional de docentes da educação pública federal, que reuniu professores de universidades federais, estaduais, institutos federais e outros órgãos da educação representados por este sindicato.

Dada a relevância desse encontro, nessa conjuntura que estamos vivendo, entendemos ser importante fazer uma análise que nos permita vislumbrar as perspectivas de organização e, sobretudo, da luta que se travará com as políticas funestas desse governo que aí se encontra, cujo projeto não abrange apenas as universidades federais, mas vai impactar todas as organizações educacionais, incluindo as Instituições de Ensino Superior (IES) de Estados e Municípios.

Nessa linha, serão abordados três aspectos observados no encontro: a impressão sobre a diretoria; a questão da organização do CONAD/ANDES; e o papel representado pelo RENOVA ANDES, mediante o quadro político vivenciado pelo país. Estes assuntos evidenciarão as nossas tarefas para o próximo período. Esclareço que estas são impressões pessoais e não refletem, necessariamente, a análise do coletivo do Renova Andes.

Sobre a diretoria do Andes SN, composta por 83 pessoas, o que nos dá uma ideia da imensa estrutura desse sindicato de base nacional, que possui 12 regionais no país para dar conta das especificidades regionais e da política nacional. Até recentemente, em especial durante os governos do PT, construíram uma hegemonia, cuja centralidade era a luta contra o Governo Federal. Como o objeto foi perdido, o que aparenta nas ações da diretoria é uma bateção de cabeça entre as forças que antes compunha essa pseudohegemonia, que não tinha como pressuposto o fortalecimento da categoria, isso gerou uma intensa desmobilização e a cobrança da base por um sindicato que tenha como centralidade a luta em defesa da categoria, em torno da garantia de direitos como carreira, correção salarial, entre outros e não as lutas sociais gerais.

A partir disso aborda-se o método usado para trabalhar com a base: a burocratização do processo. Para o 64ª CONAD os Textos de Apoio (TA) e os textos de Resolução (TR) tinham, em torno de 170 páginas para serem lidas, propor emendas e discutir na base no período que antecede a reunião, entre março e maio, resultando em um caderno anexo, totalizando, aproximadamente 230 páginas, para apreciação e aprovação em 4 dias de reunião. Os cadernos de texto abordaram temas como: conjuntura, atualização de plano de lutas de organizações da educação que compõem a base do sindicato e assuntos de organização administrativa. A discussão desse material se dá em grupos mistos, mas nunca são concluídos por conta do tempo. A plenária é um processo muito intenso de debates que temos entendimento de que democratiza o processo, entretanto, tem-se que ressaltar o problema, que é a dimensão que se dá ao método.

A impressão que fica dos debates é a de que o método é mais importante do que a luta. Isso ficou muito mais evidente neste momento da conjuntura em que a categoria sofre ataques que nunca foram impostos às universidades públicas. Por isso, o RENOVA ANDES, propôs que o CONAD interrompesse as atividades previstas para fazer uma discussão sobre a proposição de privatização que o governo vem alardeando na mídia e nas redes sociais nas últimas semanas. A direção fez uma reunião para avaliar a solicitação e voltaram propondo a composição de uma comissão para elaboração de um manifesto da entidade sobre a questão. O diálogo é tão difícil que consideramos uma vitória essa proposta. Membros do Renova Andes compuseram a comissão e o manifesto foi aprovado e considerado depois até mesmo pela direção que foi a mais importante decisão do encontro.

Os debates, acertados, sobre as ameaças do governo Federal de que acabariam com o "esquerdismo" nas universidades se configuraram na forma do Programa Future-se, apresentado aos reitores no dia 16.07.2019, trazendo os elementos que compõem o projeto de privatização, que para quem leu o programa que elegeu o atual governo já se anunciava. Não há condições para aprofundamento sobre esse assunto, mas orientamos a que todos/as leiam com muita atenção, buscando a percepção que está nas entrelinhas, no não dito foucaultiano, pois este é o caminho para o fim das universidades públicas da forma como as conhecemos no Brasil.

Contra o Future-se. Contra a Reforma da Previdência; Contra o desmonte do Estado Brasileiro; Em defesa da Educação Pública, conclamamos a todos/as para a paralisação no dia 13 de agosto, juntamente com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); pelo fortalecimento das ações de construção de uma greve geral da categoria docente das IFES; a interlocução com outros movimentos sociais e populares, ainda que se possa, eventualmente, ter discordâncias em alguns pontos.

É preciso que as lideranças dos movimentos sociais e populares entendam que a construção da unidade pautada em pontos comuns, com todas as entidades e movimentos em luta contra o projeto em curso, é fundamental para conter os ataques do governo aos/as servidores/as e aos serviços públicos, que já vem impactando na garantia de políticas públicas e na dignidade humana para todos e todas.

Nessa linha, pode-se afirmar que a atuação do Renova Andes no 64º CONAD/ANDES evidenciou a necessidade da construção de um sindicato para tempos de guerra, de vanguarda, combativo e pela base. Venha conosco! ★

Mariuza Aparecida Guimarães é docente da UFMS - Coordenadora do GT Políticas Educacionais e Formação Sindical da ADUFMS Seção Sindical DO ANDES SN

Faltou a unidade do PT

Página 13 publica a seguir o balanço feito pela coordenação nacional da Juventude da AE, acerca do 57º Congresso da UNE.

A União Nacional dos Estudantes realizou entre os dias 10 a 14 de julho, em Brasília, o seu 57º Congresso. Este se ambientou numa conjuntura marcada pela criminalização do PT e da esquerda, pela prisão política de Lula e por uma agenda de aniquilação dos direitos da classe trabalhadora, refletida na aprovação em primeiro turno da reforma da previdência, e em um cenário no qual a educação pública, gratuita e de qualidade foi eleita como uma das principais inimigas do atual governo.

Neste cenário, o papel das entidades estudantis, sobretudo da UNE, é retomar o trabalho de base nas universidades, para potencializar sua incidência na mobilização estudantil contra os ataques à educação e para que seja capaz de mobilizar os estudantes não organizados. Para isso, é preciso uma direção na UNE que se coloque contra as táticas de conciliação e em defesa de um movimento estudantil sem vacilações, que esteja na linha de frente da resistência, nos tempos de guerra que vivemos.

Porém, durante o Congresso da UNE, o que se percebeu foi que a entidade continua aquém do que exige esse momento histórico. Estiveram presentes no congresso cerca de 12 a 15 mil estudantes, menos que o esperado. Concorreu para isso, dentre outros fatores, a realização do Congresso em data desfavorável à maioria dos estudantes, que trabalham ou estavam em período de prova final. Ademais, o alto valor de inscrição dificultou uma mais ampla participação.

Também seguiu fortalecida na composição da UNE uma falsa polarização que não reflete o dia a dia das universidades e do conjunto dos estudantes. Há anos, a direção da entidade é hegemonizada pela União da Juventude Socialista (UJS), que através da construção de amplas alianças e de uma política de conciliação, fez com que a UNE reduzisse sua capilaridade com a base estudantil.

O campo liderado pela UJS expressa inúmeras contradições e incoerências entre suas forças. Merece destaque a coexistência entre forças petistas, a Consulta Popular e a juventude do PDT, esta última fiel a Ciro Gomes, que no último período assumiu a postura de atacar e tentar desidratar Lula e o PT. Sob o discurso de fortalecimento da Frente Brasil Popular e através de acordos que envolvem a composição da diretoria, a UJS mantém límpido seu controle sobre as outras forças do campo, numa tática divisionista, que trata cada força petista como independente, neutralizando, assim, uma atuação conjunta do maior partido de esquerda da América Latina dentro da UNE.

Do outro lado, encontra-se a Oposição de Esquerda, que se constitui como um "chapão" em que forças com intensas divergências programáticas e estratégicas se aglutinam na tentativa de construir uma alternativa baseada no pragmatismo à direção majoritária da UNE e, antes, na crítica aos governos do PT. As fissuras e divergências existentes entre a Oposição de Esquerda ficaram mais visíveis no 57º Congresso: A organização da chamada "Juventude Sem Medo", significou uma cisão nas forças do PSOL, a ponto de defenderem suas resoluções separadamente. Mas apesar das demarcações simbólicas, no final do Congresso, todos votaram juntos na mesma chapa "Oposição Unificada Para Derrotar O Governo Bolsonaro".

Vale ressaltar que, de 2013 a 2017, existiu na UNE um importante campo de oposição à direção majoritária: o Campo Popular, do qual a Articulação de Esquerda fez parte. Entretanto, no Conune de 2017, através de acordos que garantiram ao Levante Popular da Juventude a vice-presidência da entidade, o Campo Popular se deslocou quase que inteiramente para o campo majoritário. Este movimento pôs fim, de forma prematura, a uma potente alternativa de direção para a UNE.

Neste 57º CONUNE, a Juventude da Articulação de Esquerda desempenhou um importante papel: representar uma oposição petista. Demarcamos uma posição que foi contra as respostas simples e que se propôs a construir uma alternativa petista, rebelde e consequente à entidade com a tese "UNE Para Tempos de Guerra". Rejeitamos o esquerdismo que por anos deslegitimou e ainda deslegitima a ferramenta histórica que é o Partido dos Trabalhadores, da mesma forma que não fizemos concessões ao pragmatismo e à instrumentalização de uma "frente ampla" que não reflete à realidade da disputa da UNE. Nosso objetivo é bastante claro: construir uma oposição petista, que possua lastro nos estudantes e no povo brasileiro para que a entidade volte a ser um potente instrumento de mobilização e politização dos estudantes.

Compreendemos que as mais diversas tentativas de destruir o PT e de retirar da centralidade da vida política o ex-presidente Lula só mostram o risco que apresentamos ao governo Bolsonaro e ao projeto político que está em curso. Esse risco se torna claro por uma simples questão: o PT, por ter sido produto da luta de massas e das grandes greves, conseguiu construir uma base social muito forte, que se referencia no nosso partido e nas mudanças trazidas pelos nossos governos.

Nesse sentido, a posição do PT não deve ser a de servir de linha auxiliar do PCdoB no movimento estudantil, tampouco do esquerdismo e pragmatismo presentes na Oposição de Esquerda. Foi esta opção feita pela maioria das forças petistas que conduziu a juventude do partido a situação de estar, pela primeira vez em mais de duas décadas, fora da mesa diretora da UNE.

Esses tempos de guerra exi-

gem responsabilidade histórica do nosso partido. Responsabilidade, inclusive, de assumir o nosso papel de organizar as massas de trabalhadores e estudantes e de dirigir as entidades históricas de representação do povo brasileiro.

Dessa forma, é preciso que a UNE, e os estudantes petistas em particular, rearticulem a rede do movimento estudantil, retomando o contato com as entidades de base e gerais, visando a construção de uma agenda de mobilizações que envolva o conjunto dos estudantes brasileiros na luta contra os retrocessos. A educação e as mudanças sociais que queremos para o Brasil não serão alcançadas através de alianças com a burguesia, mas sim através do enfrentamento às elites e das mobilizações populares. Defendemos um projeto de educação pública, democrática, gratuita, de qualidade e popular. Para isso, é papel da UNE lutar por uma reforma universitária democrática e popular, que seja construída pelo povo e para o povo. É preciso que o tripé universitário seja alicerçado na realidade e nas demandas da classe trabalhadora brasileira, fazendo com que a educação seja a principal ferramenta de transformação do Brasil. Construir um movimento estudantil real, participativo e que dê conta de estar presente diariamente nas universidades nos fará acumular forças para a construção de respostas reais à agenda de Bolsonaro, com greves, mobilizações de rua e parando o país não apenas em defesa da educação, mas de outra sociedade. Não deixaremos de nos colocar em defesa de um movimento estudantil combativo, democrático e popular, sem a ilusão da conciliação de classe e que esteja ao lado da classe trabalhadora. Por isso dizemos: Quem confia na luta não se entrega, UNE para Tempos de Guerra! ★

Desafios e tarefas da UNE

■ **Lucas Reinehr**

O golpe à presidenta Dilma, a prisão política de Lula, as eleições fraudadas e a implementação de um projeto ultraliberal para o Brasil e outros países da América Latina marcam um período repleto de desafios para a esquerda brasileira. A educação, que nos últimos anos teve diversos avanços em função dos governos petistas, mais uma vez, se encontra na mira das elites e dos reacionários. E mesmo sendo a principal inimiga do governo Bolsonaro, a educação, e principalmente os estudantes, demonstraram ser um importante elo de resistência e organização da luta de massas.

Nesse contexto, a União Nacional dos Estudantes, entidade histórica do movimento estudantil que em 2017 completou 80 anos, cumpre um papel fundamental na mobilização social e na retomada de um projeto popular de país. Assim como em outros períodos históricos em que protagonizou diversas lutas, é responsabilidade da UNE mobilizar o descontentamento e colocar a população nas ruas para virar o jogo.

O 57º Congresso da União Nacional dos Estudantes elegeu uma nova diretoria para a entidade, que nos próximos dois anos, terá tarefas fundamentais, como a retomada do trabalho de base, a politização dos estudantes e a construção de uma intensa agenda de mobilizações contra os retrocessos. A Articulação de Esquerda, que hoje cumpre o importante papel de defender a construção de um campo de oposição petista à direção majoritária da entidade, estará representada na diretoria de Assistência Estudantil. Como futuro diretor da UNE pela tendência, cabe a mim fazer uma profunda avaliação da realidade, das necessidades e dos desafios da UNE no próximo período. Portanto, destaco neste texto algumas das principais tarefas que acompanharão a Articulação de Esquerda nesses dois anos.

A juventude hoje passa por um momento de incertezas em relação ao seu presente e futuro, porém, é pequena a parcela de jovens que já se deu conta disso. Há quem diga que ser jovem é ser essencialmente revolucionário, entretanto, a realidade tem nos provado o oposto. A implementação de uma forte política neoliberal no Brasil, a partir dos anos 90, contou não apenas com a interferência nefasta na economia, mas também com a privatização da vida e a tentativa de por fim aos laços de solidariedade existentes entre o povo. A juventude de hoje cresceu vendo a vida melhorar sob os governos petistas, ao passo que também via a política e os partidos sendo criminalizados. O resultado disso é uma grande população de jovens distantes da política e que não vê correspondência entre as mudanças nas condições de vida e o governo. Não existe sonho ou utopia, apenas a vontade individual de seguir seu próprio caminho. Portanto, pensar na organização da juventude e dos estudantes hoje passa por combater o fatalismo neoliberal e retomar a capacidade de mobilizar os jovens e a categoria estudantil pela retomada de um projeto coletivo e popular.

A União Nacional dos Estudantes, ao longo de sua história, possuiu uma capilaridade e presença muito maior nas universidades brasileiras. Nos últimos anos, através do distanciamento da base e de uma postura imobilista encampada pela direção majoritária, deu-se início a uma crise de legitimidade e representatividade na UNE. Ou seja: a União Nacional dos Estudantes perdeu força e organicidade na categoria estudantil e no imaginário popular. Apesar disso, e das tentativas de fundar entidades paralelas, como a Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (ANEL), a UNE segue sendo a entidade máxima, histórica e que nesse período se mostra mais uma vez como uma ferramenta necessária para incidir nos rumos do país. Para isso, é preciso que a UNE passe por um longo processo de retomada do trabalho de base, de rearticulação da rede do movimento estudantil – com as entidades de base e entidades gerais -, e que coloque como prioridade a presença nas universidades e no interior, não apenas nas metró-

poles. O movimento estudantil, para alcançar as vitórias que queremos, precisa ser ubíquo e disputar diariamente os corações e mentes da população.

No que diz respeito às minhas tarefas enquanto representante da AE no próximo período, ressalto algumas principais: fortalecer a legitimidade da UNE, manter o vínculo com a base do movimento estudantil, resgatar o acúmulo e encampar lutas em defesa da Assistência Estudantil, fortalecer a unidade da juventude petista para dentro da entidade, manter e fomentar vínculos com o movimento estudantil dos demais países latino-americanos e retomar a importante construção das executivas de curso - parte essencial da rede do ME.

Ser diretor da UNE implica ter legitimidade para ocupar tal tarefa. Portanto, manter o vínculo com a universidade na qual estudo e com meu local de atuação é uma responsabilidade crucial na tarefa de representar a UNE. E por representar a União Nacional dos Estudantes, é importante compreender que, diferente do que fazem algumas forças do movimento estudantil, meu papel é legitimar a entidade para fortalecê-la enquanto frente de massas. É papel da UNE - e seus representantes - ser o ponto de interlocução com as massas estudantis.

A pasta de assistência estudantil tem sido não apenas ocupada, mas construída pela Articulação de Esquerda em diversas gestões. Em um momento de desmonte da educação, com a tentativa de implementar o Programa Future-se, que coloca as universidades na mão da iniciativa privada, garantir estratégias que façam a defesa da assistência e da permanência dos estudantes nas universidades é um dever de todo o movimento estudantil. Como diretor de assistência estudantil, uma de minhas tarefas fundamentais, junto aos outros responsáveis pela pasta, é garantir que essa pauta tenha centralidade nas lutas e mobilizações de rua que visam defender a educação pública. Defender a assistência estudantil é defender a permanência dos filhos e filhas da classe trabalhadora nas universidades. É defender o legado do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e criar condições para que o acesso e a permanência nas universidades voltem a ser ampliados e democratizados.

O 57º Conune serviu para mostrar que, unida, a Juventude do Partido dos Trabalhadores é a segunda maior força partidária do congresso. Ainda que as demais correntes do partido prefiram compor o campo majoritário e ceder ao pragmatismo e à tentativa de "frente ampla" dirigida pela UJS, a Articulação de Esquerda seguirá defendendo a construção de um campo petista de oposição à majoritária. A juventude do maior partido de esquerda da América Latina deve ter compreensão da realidade e não se furtar de sua tarefa histórica que é, sobretudo nesse momento, reconquistar a União Nacional dos Estudantes em defesa da educação, do legado dos governos petistas, em defesa da liberdade do companheiro Lula, contra a reforma da previdência e pela retomada de um projeto soberano e socialista de país. É papel da JPT deixar claro que a UNE cumpre um papel que vai além da defesa da educação: a entidade deve incidir também na luta pelas reformas estruturais e contra os ataques aos direitos da classe trabalhadora.

Compreender o que acontece na conjuntura política hoje passa por compreender que, além do Brasil, outros países latinoamericanos estão na mira do imperialismo e da subserviência das elites locais. Portanto, uma das tarefas fundamentais incumbidas a mim enquanto representante da UNE é a de continuar fortalecendo nossas relações com o movimento estudantil argentino, uruguaio, paraguaio e também expandí-las para os demais países latinoamericanos. É papel do movimento estudantil reforçar a identidade latina, compreender profundamente a nossa realidade e encampar lutas massivas e integradas contra o imperialismo que assola nosso território.

Retomar o funcionamento de toda a rede do movimento estudantil também é uma tarefa crucial para criar maior capilaridade e alcançar possíveis vitórias. Um exemplo disso são as executivas de curso, nas quais nós da AE por anos temos incidido e buscado fortalecer. Portanto, fomentar a participação estudantil nas executivas e federações é fundamental para a construção de um movimento estudantil presente e que dê conta de organizar os ataques à educação e às diversas áreas do conhecimento.

Os tempos são de guerra e os desafios são imensos. Construir a União Nacional dos Estudantes sob um governo fascista, conservador e ultraliberal é um desafio histórico que exigirá luta, organização, e, sobretudo, coragem. Ainda que a política seja criminalizada, que boa parte da população brasileira tenha cedido ao fatalismo e que a juventude esteja desorientada, não há outra alternativa senão lutar. Para os estudantes, que possuem o dever de se colocar em defesa dos nossos direitos e pela construção de outra sociedade, resta a máxima de Frei Betto: deixemos o pessimismo para dias melhores.

Quem confia, na luta não se entrega. UNE Para Tempos de Guerra! ★

Lucas Reinehr é coordenador do DCE UFSM e Diretor de Assistência Estudantil da União Nacional dos Estudantes

Foi dada a largada

O 7º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores é um processo híbrido, misto de Congresso (as etapas estaduais e nacional) e Processo de Eleições Diretas - PED (as etapas municipais e zonais).

Daniela Matos

Encerrou-se, no último dia 26 de julho, a primeira etapa do 7º Congresso: o prazo para inscrição de teses e chapas nacionais e estaduais de delegadas e delegados; e de chapas e teses para as direções municipais e zonais e de candidata/os a presidentes municipais e zonais.

Segundo dados preliminares da Secretaria Nacional de Organização do PT, foram inscritas 9 chapas nacionais, 122 chapas estaduais, 4301 chapas municipais e 350 chapas zonais. Sendo que em 4 estados e 3355 municípios e 39 zonais há chapas únicas.

No âmbito nacional, as chapas inscritas são as seguintes: Em tempos de guerra, a esperança é vermelha (chapa organizada pela tendência petista Articulação de Esquerda); Enfrentar O Retrocesso, defender a democracia e os direitos do povo (chapa organizada pela Articulação, tendência do DF, com participação de sindicalistas de todo o país); OPTEI pelo Socialismo – Lula Livre! (chapa organizada pelas tendências Novos Rumos e Esquerda Popular Socialista); #Lula Livre! Fora Bolsonaro! Governo democrático e popular! (chapa composta pelas tendências Democracia Socialista, Militância Socialista e Avante); Lula Livre: Resistência socialista! (Chapa da tendência petista Resistência Socialista); Diálogo e Ação Petista (Chapa impulsionada pela tendência O Trabalho, que no estado de São Paulo participa da mesma chapa que a CNB); Lula Livre para mudar o Brasil (chapa da CNB – Construindo um Novo Brasil, grupo atualmente majoritário na direção nacional do Partido); Lula Livre – Partido é para todos e todas (chapa lançadas pelas tendências petistas Movimento PT e Tribo); Na Luta, ruas e redes #Lulalivre (Chapa articulada por um dirigente da CNB/RJ e o Coordenador do Setorial Nacional de Ciência e Tecnologia da Informação. A respeito desta chapa, ler o texto de Renam Brandão, nesta edição de Página 13).

No dia 8 de setembro, cerca de 2 milhões de filiados e filiadas estão habilitados a votar em alguma destas chapas. O número de votos recebido por cada chapa definirá a participação que terão, dentre o número total de 800 delegados e delegadas com direito a voz e voto na plenária final do 7º Congresso, dias 22 a 24 de novembro de 2019.

O 7º Congresso já deveria ter ocorrido. Entretanto, em novembro de 2018, o Diretório Nacional do PT adiou a decisão. Motivo: uma parte da tendência CNB era contrária ou pelo menos estava em dúvida sobre a conveniência de realizar um Congresso. Frente ao risco de não termos Congresso, constituiu-se o movimento "Rumo ao 7º Congresso", composto por diversas tendências nacionais: a Articulação de Esquerda, Democracia Socialista, Novos Rumos, Resistência Socialista, Militância Socialista, Esquerda Popular Socialista e Avante. Esse movimento foi essencial para pressionar publicamente a CNB, que seguia titubeante. E que mesmo depois de ceder, segue trabalhando para reduzir o Congresso a um simples processo eleitoral. Basta dizer que o regulamento do Congresso proposto inicialmente pela Secretaria nacional de organização não incluía as palavras "debates" e "teses".

Esta resistência da CNB a realizar o Congresso foi utilizada como argumento, por aqueles que defendiam que as tendências do movimento "Rumo ao 7º Congresso" compusessem uma única tese e chapa. Entretanto, havia e segue havendo diferenças grandes (programáticas, estratégicas, organizativas, de balanço) entre essas tendências. Um exemplo rápido pode sintetizá-los. Um manifesto foi aprovado em reunião presencial do "Rumo ao 7º Congresso", a ser lançado publicamente no dia 19/7. Para nossa surpresa, no dia seguinte à aprovação, a DS propôs uma alteração no texto do manifesto, para que se excluísse a seguinte frase: "é preciso derrotar o setor majoritário da atual direção nacional." Cada um tire suas conclusões.

Da parte da Articulação de Esquerda, seguimos acreditando que é preciso construir uma "nova maioria"; e concordamos que o ideal é que esta "nova maioria" inclua setores da atual maioria; mas também acreditamos que o ponto de partida para constituir uma nova maioria é a derrota, explicita e cabal, do setor atualmente majoritário na direção nacional do partido, sem o que não se construirá uma nova estratégia e um novo modo de funcionamento partidário, indispensáveis para sobreviver aos tempos atuais.

Queremos um congresso que atualize nossa visão sobre o mundo, sobre a América Latina e sobre o Brasil. Que faça um balanço da atuação do PT no último período. Que aponte com qual programa e com qual estratégia vamos enfrentar a coalizão golpista. E que detalhe as mudanças organizativas que se fazem necessárias, para que o PT continue sendo o principal representante da classe trabalhadora brasileira.

Desde 2005, a Articulação de Esquerda vem defendendo que o Partido dos Trabalhadores aprove e implemente uma nova estratégia. Esta nova estratégia deve ter por objetivo disputar o poder, não apenas o governo. Deve basear-se na

auto-organização, mobilização e consciência da classe trabalhadora, não em alianças com setores da classe dominante. E deve ter como objetivo realizar reformas estruturais na sociedade brasileira, numa direção socialista.

Desde 2015, a Articulação de Esquerda vem afirmando que a classe dominante brasileira mudou de estratégia e não aceita mais conviver com uma esquerda que seja alternativa de governo e que possa vir a ser alternativa de poder. Esta mudança de estratégia, por parte da classe dominante, torna ainda mais urgente e necessário que o PT mudasse de estratégia.

Desde maio de 2018, definimos pelo lançamento de chapa e candidatura ao 7º Congresso do PT, decisão ratificada em uma Plenária Nacional realizada em novembro de 2018. E no 5º Congresso da AE, em maio de 2019, lançamos a pré-candidatura do companheiro Valter Pomar à Presidência Nacional do Partido. Valter é professor universitário. Entre 1997 e 2013, foi terceiro vice-presidente nacional do Partido, secretário de relações internacionais e secretário executivo do Foro de São Paulo. Também no 5º Congresso da AE, decidimos que nossa chapa teria um nome que fundiria duas ideias apresentadas pelas resoluções da tendência, desde 2005 ("a esperança é vermelha") e desde 2015 ("tempos de guerra").

Nossa tese chama-se EM TEMPOS DE GUERRA, A ESPERANÇA É VERMELHA. Para ela pedimos seu apoio e seu voto. ★

Daniela Matos é dirigente nacional da AE.

O vírus da degeneração

Renam Brandão

Herbert Bayer: O urbanita solitário (1933).

Desde a sua criação o Processo de Eleições Diretas (PED) do Partido dos Trabalhadores é defendido com o argumento da máxima democracia interna, onde cada filiada e filiado têm o direito de escolher diretamente dirigentes em todos os níveis, em oposição a um suposto sistema de representação indireta antidemocrático.

No entanto, a experiência destes 20 anos de PED promoveu mais degeneração do que democracia interna. Mandatos, dirigentes e "lideranças" sociais promovem uma corrida de filiação sem critério algum. De um partido de massa militante, emergiu um partido de massa eleitoral, e pior, de eleitores internos apenas, pois há cidades onde a chapa de vereadores recebe menos votos que o número de filiados ao partido. Estamos perdendo enraizamento nas lutas e organizações dos trabalhadores e trabalhadoras e conexão com a juventude, especialmente a trabalhadora neste complexo século XXI.

Todos sabem que o PED irradiou internamente práticas da democracia liberal como o vírus destes filmes sobre zumbis, a contaminação vai se espalhando entre mandatos, dirigentes, filiados até não haver mais controle e tudo ser naturalizado. As práticas, toleradas, vão de fraudes com votos de quem não apareceu na urna, até transporte, churrascos e compra descarada de filiados.

É verdade que os desvios éticos e práticas ilícitas não começaram e se resumem ao PED, mas este as intensificou e abriu caminhos para a desconstrução do PT como um partido militante. É de conhecimento geral o abuso de poder econômico e de que caciques e lideranças políticas de outros partidos atuam diretamente no PED, com recursos financeiros e com filiados.

Deste cenário foi moldada a figura do "líder" que filia e põe para votar no dia da eleição interna, chamados também de "capitães de garrafas". É o principal hospedeiro do vírus da degeneração, materialização do fisiologismo em seu estado mais bruto. Estes capitães têm como foco negociar os votos por espaços em mandatos e governos, nas estruturas do partido para aumentar poder de barganha pelos espaços e poder falar em nome do partido para atores externos e com eles também negociar. Não possuem compromisso ideológico e programático.

O vírus e seu principal hospedeiro, além de tornar o partido menos militante e mais eleitoral, vem cumprindo o papel de manter a atual maioria moderada como uma grande maioria e assim distribuindo mais facilmente espaços de poder interno entre si. Porém, os capitães de garrafas, foram se empoderando, foram formando quadros com mais capacidades e com mais ambições. Começaram como acessórios, logo passaram a ocupar espaços de direção municipal, ocupam hoje direções estaduais e agora ensaiam voo nacional.

No dia 27 de julho de 2019, a Secretaria de Organização do Diretório Nacional divulgou as nove chapas inscritas ao 7º Congresso Nacional que ocorrerá em novembro, quando elegerá a nova direção nacional e resoluções políticas. A priori as chapas expressam correntes de pensamento, opiniões sobre estratégia, tática, funcionamento partidário, relação partido-movimentos-governos.

Entretanto, há uma chapa com todos os traços de se constituir uma tentativa de chantagear a CNB nacional e no Rio de Janeiro, de onde são dois dos seus representantes, por espaços no Diretório Nacional, na Fundação Perseu Abramo, na prefeitura de Maricá e na Alerj. Também podem tentar negociar apoio a lideranças que disputam no interior de suas tendências a indicação a pastas na Executiva Nacional.

Caso este tipo de movimento tenha algum sucesso, ou seja, ocorra algum "acordo", o vírus da degeneração e seus hospedeiros deixam de ser instrumentos da maioria moderada para construir ampla maioria, e os capitães de garrafa subirão mais um degrau na sua autonomização. ★

Renam Brandão é militante do PT-RJ